

Qual a função da ONU no século XXI

Zeno Soares Crocetti/FIES/UFSC

resumo

Este texto tem como objetivo discutir o papel da ONU e sua legitimidade para exercer suas funções supranacionais de mediadora de interesses entre os Países membros.

A ONU, desde sua fundação, tem um histórico completamente desfavorável de mediadora de conflitos e manutenção da Paz! O século XX foi marcado pelas maiores guerras que a humanidade já teve. Os Estados Unidos e Israel são campeões em desrespeito as determinações e resoluções da ONU.

Mas recentemente isso se evidenciou, quando os EUA, num ato de arrogância e prepotência desprezou as resoluções e ordem da ONU e invadiu o Iraque e o Afeganistão sem nenhum pudor. A ONU vem perdendo respeito e legitimidade gradativamente. O esvaziamento dos poderes e da legitimidade da ONU se reflete pela intervenção imperialista dos Estados Unidos e seus aliados.

Palavras-chave: ONU, Imperialismo, geopolítica e Conselho de Segurança.

What does the UN in the XXI century

Abstract

This paper aims to discuss the role of the UN and its legitimacy to perform his duties as mediator supranational interests among member countries.

The UN, since its foundation, has a history quite unfavorable mediating conflicts and maintaining peace! The twentieth century was marked by the greatest war mankind has ever had. The United States and Israel are champions in the determination and disregard of UN resolutions.

But recently it became clear, when the U.S., in an act of arrogance and conceit and order dismissed the resolutions of the UN and invaded Iraq and Afghanistan without any shame. The UN is losing respect and legitimacy gradually. The emptying of the powers and legitimacy of UN intervention is reflected by the imperialist U.S. and its allies.

Key words: UN, imperialism, geopolitics and the Security Council.

Introdução

"A força que mantém unida a sociedade e o Estado, que, de modo geral, representa os interesses das classes dominantes e reprime a classe explorada. A escravidão humana, que se desenvolveu com a civilização, marcou a primeira grande divisão da sociedade em uma classe explorada e outra que era exploradora.

A ambição mais vulgar tem sido a força que move a civilização, desde seus primeiros dias até o presente. O objetivo básico desta ambição é a eterna busca da riqueza material, mas não é riqueza para toda a sociedade, e sim, para tal ou qual indivíduo. Como a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, cada progresso na produção é um retrocesso na condição da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros."

(ENGELS: 1987, p. 35.)

Existe uma sombra nos muros que dificulta a visão sobre as coisas, os homens e o mundo, executado pela máquina da mídia de aluguel, amparada e orquestrada pela mão do imperialismo, cujo objetivo é fetichisar ao máximo a sociedade pelo controle do aparelho ideológico, garantido a alienação cotidiana. O chamado mundo moderno, da Sociedade Disciplinar, na perspectiva da ótica da produtividade, foi construído sob o paradigma da revolução industrial e este está sendo modificado tão rapidamente que, contraditoriamente, levamos muito tempo para perceber seus efeitos, seus sintomas. Parecendo funcionar como um sistema de irradiação centrífuga esses efeitos observados nos países mais desenvolvidos são sentidos tardiamente nos países menos desenvolvidos.

Hoje a chamada sociedade pós-moderna, iniciada com a globalização neoliberal, criou a Sociedade do Controle, e no mercado a força de trabalho humana é também mercadoria e enquanto tal, no mundo competitivo, também encalha, apodrece e morre. Entretanto, os sujeitos permanecem vivos (ou sobrevivem) detendo uma força de trabalho que não mais gera valor. São proprietários de um conjunto de saberes, técnicas e habilidades que geram "produtos obsoletos". Nas reflexões de Haddad (1997), nessas condições, nem se fala mais em exército industrial de reserva. Os novos agentes da produção, ou "agentes inovadores" como denominam o autor, são outros. Hoje são compostos por cientistas, engenheiros e técnicos, "operários" do novo milênio. Estes já não realizam trabalho (função, preponderantemente, da tecnologia) e sim atividade (função da capacidade cognitiva do homem). Hoje já pode começar a falar da constituição de um exército científico de reserva (HADDAD, 1997: p. 114-120).

"O Sistema Mundial Moderno está chegando ao fim. Mas serão precisos no mínimo mais 50 anos de crise terminal, ou seja, de 'caos', antes que possamos ver surgir uma nova ordem social. Nossa missão atual e nos próximos 50 anos é a missão dos utopistas. Trata-se da tarefa de imaginar e empenhar-se em criar essa nova ordem social".

(WALLERSTEIN, 2002: p. 27.)

Transição para o Mundo Moderno

Entre 1870 e 1914, a Europa Ocidental e os Estados Unidos arquitetaram a conquista política, econômica e cultural da África, Ásia, Oceania e América Latina. Repartiram o mundo entre si e organizaram poderosos impérios coloniais que só tinham em comum o desenvolvimento da acumulação capitalista.

Este período ficou conhecido como imperialista e as causas desta expansão foram diversas. No entanto, todas se relacionam com o desenvolvimento do capitalismo industrial nos países imperialistas.

Efetivamente, o desenvolvimento capitalista destes países unido a um crescimento demográfico que se processava desde o século XVIII, significou uma transformação acelerada na estrutura econômica e nos hábitos sociais destes países. O desenvolvimento industrial ampliou a demanda de matérias-primas, muito das quais se produziam em condições mais vantajosas fora da Europa e EUA, e, ao mesmo tempo, o aumento na produção de artigos industriais ia ampliando a necessidade de mercados exteriores que consumissem os excedentes. Por outro lado, o crescimento das populações urbanas fez aumentar a demanda de alimentos, cuja produção na Europa havia diminuído pelo êxodo rural ou simplesmente porque se tornara mais barato comprá-los em mercados externos.

Contudo, o imperialismo tinha outras máscaras e razões mais sutis e menos transparentes. A conquista militar e política de milhões de seres humanos de outras raças e culturas era induzida pela exportação de capitais que não rendiam juros suficientes na Europa. Esta forma de penetração é conhecida como imperialismo financeiro, comandado por poderosos monopólios de banqueiros, investidores e industriais.

O economista inglês Hobson abria o jogo ao escrever: "O fator econômico mais importante, a grande distância dos demais, do imperialismo é a influência que tem nos investimentos. O crescente cosmopolitismo do capital constituiu-se na mudança econômica mais notável que se registrou nas últimas gerações. Todas as nações industrialmente desenvolvidas trataram de colocar uma grande parte de seu capital fora dos limites de sua própria área política, em países estrangeiros ou em colônias, e de receber uma renda cada vez mais alta por este investimento". E mais adiante arremata: "A riqueza destes grupos financeiros, a magnitude de suas operações e suas ramificações organizativas espalhadas por todo o mundo convertem-nos em elementos decisivos e fundamentais na marcha da política imperial. Têm mais interesses do que ninguém nas atividades imperialistas e os maiores meios de impor sua vontade às decisões políticas nas nações"¹.

Anos depois, outros autores retomaram as idéias de Hobson e tornaram-nas mais precisas. Lênin definia este processo histórico da seguinte forma: "O imperialismo é um capitalismo na fase de desenvolvimento, quando tomou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, quando ganhou significativa importância a exportação de capitais,

quando, iniciou-se a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a repartição de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes"².

Isto significava prognosticar um período de guerras e revoluções como conseqüência da luta entre os países imperialistas, entre os monopólios internacionais, pelos mercados externos e melhores condições para arrancar lucros maiores.

"(...) a constituição do Império em termos jurídicos, e em particular, um processo de longa transição do direito soberano de Estados-nação (e o direito internacional que daí decorre) para as primeiras configurações globais pós-modernas de direito imperial. Numa primeira aproximação, pode-se pensar nisso como sendo a genealogia de formas jurídicas que levaram ao papel supranacional das Nações Unidas, e agora vão além, e de suas diversas instituições afiliadas."

É amplamente aceito que a noção de ordem internacional que a modernidade europeia propôs e voltou a propor continuamente, pelo menos desde a Paz de Westfália, está em crise. E esse foi um dos motores que empurraram continuamente em direção ao Império. (...) De qualquer maneira, é fora de dúvida que na época da Primeira Guerra Mundial e do nascimento da Liga das Nações uma noção de ordem internacional e de sua crise já estava definitivamente estabelecida. O nascimento das Nações Unidas no fim da Segunda Guerra Mundial simplesmente reiniciou, consolidou e estendeu essa ordem jurídica internacional em desenvolvimento, que foi primeira europeia mas gradativamente se tornou global. (...) toda a estrutura conceitual da ONU baseia-se no reconhecimento e na legitimação da soberania de Estados individuais, e está, portanto firmemente assentada no velho alicerce do direito internacional definido por pactos e tratados. De outro lado, entretanto, esse processo de legitimação só é eficaz na medida em que transfere direito soberano para um verdadeiro centro supranacional. (...) estamos interessados nas Nações Unidas e no projeto de ordem internacional não como fim mas como verdadeira alavanca histórica que fez avançar a transição para um sistema propriamente global."

(NEGRI, 2001, p.22-23)

De fato, os grandes trustes internacionais, muitos dos quais dariam origem às grandes empresas multinacionais de hoje, nasceram em fins do século XIX. Antes de 1914, existiam 122 trustes de origem estadunidense, 60 ingleses e 167 francesas, alemãs e suíças.

Particularmente, os monopólios que associavam grandes industriais e poderosos bancos foram um fenômeno característico da economia estadunidense e alemã dessa época, e, de forma menos intensa, na Grã-Bretanha e França.

Além destes fatores de ordem econômica, outros de natureza político-estratégica, diplomática e nacionalista intervêm na expansão imperialista.

A ideia de que um país deve transformar-se em uma potência mundial não só está ligada à própria natureza do capitalismo como sistema mundial, mas também se vinculou ao pensamento político de certos governantes, grupos de intelectuais e políticos nacionalistas em geral. Esta ideia de potência mundial tinha muito a ver com o prestígio da nação, o equilíbrio político europeu e a influência que a nação podia e devia exercer no mundo.

Para muitos governantes, políticos e militares a condição de potência implicava a necessidade de ter colônias, protetorados, bases navais em todos os continentes, única forma

de proteger os co-nacionais, não apenas dos governos desses lugares, como também da ação das outras potências ocidentais.

O temor de que uma potência estrangeira ameaçasse uma possessão colonial, estimulava a conquista de uma fronteira mais extensa. Este elemento, que alguns historiadores chamaram de um "processo de acumulação preventivo", esteve muito presente na expansão britânica sobre a Índia.

Da necessidade de um Órgão Garantidor dos Interesses Imperialistas

A criação da ONU foi uma longa história de idéias, concessões e limitadas experiências voltadas mais ou menos para a construção do arranjo supranacional. Certamente o domínio das Nações Unidas sobre a estrutura geral do projeto supranacional, entre 1945 e 1989, provocou algumas das mais perversas conseqüências teóricas e práticas. E ainda assim foi insuficiente para impedir a constitucionalização de um poder supranacional. Nas trapalhadas experiências das Nações Unidas, o conceito jurídico de Império começa a ganhar forma.

"Nessa atmosfera ideológica, as críticas à política externa dos EUA são tratadas como demonstrações de "antiamericanismo" ou, em uma cunhagem mais recente, "ocidentalismo". Os dois termos são usados para denotar um ódio cego pelos estadunidenses e por todos os aspectos seculares da vida, da política e da cultura que representa os Estados Unidos. Sem dúvida essa é a visão de muitos religiosos fundamentalistas, independentemente da religião. Que outra coisa explica as primeiras reações dos fundamentalistas evangélicos de Tevê nos Estados Unidos que explicaram os atentados de 11 de setembro como a "punição de Deus" pelo pecado de tolerar o homossexualismo, o aborto etc.? De que outro modo explicamos a confusão do relativamente moderado pregador Billy Graham? Enquanto flanqueava o presidente Bush na homenagem feita em Nova York aos mortos, o reverendo Graham informou à reunião de astros e megastros que ele recebera uma torrente de cartas e perguntas depois do acontecimento. As pessoas queriam que ele explicasse "por que Deus deixou que eles atacassem os EUA". A resposta do pregador foi direta. Confessou sua perplexidade. Disse ao seu rebanho que não tinha resposta.

Por que Deus deixou que Alá permitisse os atentados? Por que Alá permitiu a Deus bombardear o Afeganistão e destruir o 'Emirado dos Fiéis'? Os fundamentalistas religiosos americanos tinham uma resposta. O país deles não estava sendo governado segundo as leis de Deus e seus profetas. Os fundamentalistas islâmicos do Afeganistão não tinham essa desculpa. Eles haviam feito o máximo para seguir suas interpretações do que o Alcorão prescrevia. No entanto duvido de que os líderes dos grupos islâmicos sejam assolados por crises em resultado disso. Eles são políticos de cabeça dura que usam a religião com eficácia. Saber se a maioria deles acredita nisso literalmente é outra questão." (ALI, 2002: p. 56-72)

O domínio ideológico dos EUA, apoiado por sua "máquina de guerra", cresceu tanto que muitos que um dia criticavam o modo como esse poder era usado estão reduzidos a ronronar com prazer e fazer elogios banais. Generalizações avassaladoras são feitas a partir de acontecimentos incidentais ou comuns, e muitos importantes jornalistas americanos e europeus abandonaram a visão sem preconceito e o pensamento independente em favor de um superpatriotismo imperial. Os sábios de última hora nos EUA vivem procurando provas de

que as coisas são piores em outros países do que em casa, e mandando informações dos vários postos no distante império — Londres, Sarajevo, Riad, Cairo, Lahore, Seul, Tóquio — ,eles anseiam em coro pela familiar realidade estadunidense que deixaram para trás. Os estadunidenses — Gore Vidal, Susan Sontag, Noam Chomsky, entre muitos outros — que afirmam sua independência do chauvinismo ou se recusam a se alinhar chamando a atenção para algumas das realidades falhas e feias do Império são malignamente denunciados pelos superpatriotas.

Essa conclusão pode ser confirmada por cinco argumentos teóricos.³

Primeiro, as reformas neoliberais destroem um grande número de empregos e até mesmo indústrias inteiras, tautologicamente descritas como 'ineficientes'. Ao mesmo tempo, espera-se que o exaurido paciente gerará, espontaneamente, alternativas saudáveis através da suposta eficácia das forças de mercado. Essa estratégia raramente dá certo. O impacto depressivo da eliminação das indústrias tradicionais geralmente não é compensado pelo rápido desenvolvimento de novas atividades, levando ao desemprego estrutural e ao aumento da pobreza e da marginalidade, além de uma restrição de balanço de pagamentos ainda mais apertada nos países afetados.

Segundo, a fé neoliberal nos mercados contradiz até mesmo os princípios elementares da teoria econômica neoclássica. Por exemplo, em sua análise do '*second best*', desenvolvida há meio século, Lipsey e Lancaster demonstraram que, se uma economia diverge do ideal perfeitamente competitivo por várias razões (como é necessariamente o caso, em qualquer economia), a remoção incompleta das 'imperfeições' pode não torná-la mais eficiente. Assim, até mesmo a teoria neoclássica pode explicar porque as reformas neoliberais tendem a fracassar.

Terceiro, a presunção de que o mercado é virtuoso enquanto o Estado é uma fonte de desperdícios, corrupção e ineficiência são simplesmente equivocadas. Essa falsa dicotomia é frequentemente empregada para justificar a intervenção estatal a favor do capital (por exemplo, a privatização e a restrição das liberdades sindicais facilitam os abusos por parte dos capitalistas, o logro dos consumidores e a maior exploração dos empregados). Na realidade, o Estado e os mercados são imperfeitos e inseparáveis. Eles incluem diversos tipos de instituições, cujas fronteiras não podem ser traçadas no abstrato. Por exemplo, a Receita Federal, o Banco Central, o Tesouro, as agências reguladoras dos serviços financeiros, as firmas de contabilidade e consultoria e os bancos estatais e privados são inseparavelmente ligados uns aos outros, mas a natureza exata de suas relações é necessariamente circunstancial.

Quarto, as políticas econômicas normalmente não envolvem alternativas excludentes entre o Estado e os mercados. Pelo contrário, elas incluem escolhas entre diferentes formas

de interação entre instituições em *ambas* as esferas. A privatização, por exemplo, pode não implicar a retirada do Estado da economia ou mesmo uma maior eficiência empresarial. O resultado depende da firma, seu produto, gerenciamento e estratégia, a forma de privatização, a estrutura regulatória, a força e a forma da concorrência, e outros fatores.

Quinto, mercados desenvolvidos surgem *apenas* através da intervenção estatal. O Estado estabelece o quadro institucional e regulatório dos mercados, inclusive os direitos de propriedade e a interpretação e aplicação da lei. O Estado regula a provisão de infraestrutura, assegura que uma força de trabalho suficientemente saudável, treinada e subserviente esteja disponível, e controla os conflitos sociais. O Estado estabelece e regula as qualificações profissionais e as regras de contabilidade, e gere um sistema tributário que inclui o pagamento de impostos e a execução de gastos públicos que influenciam decisivamente o desenvolvimento dos mercados, a performance empresarial, e os padrões de emprego. Como as economias capitalistas dependem necessária e constantemente das instituições Estatais, tentativas de 'medir' a intervenção do Estado são simplesmente equivocadas. Na verdade, o que importa são os ganhos e perdas associados com cada tipo de política estatal, e a criação de políticas públicas claras e coordenadas.

Manipulação pelo terror

A estratégia utilizada pelo imperialismo foi o esgarçamento do tecido social até sua ruptura, estimulado pela Crise Geral do Capitalismo e pela ganância imperialista que ampliou o confronto entre as potências gerando a Primeira Guerra Mundial, a crise da queda da bolsa de 1929. Cujas enfiadas ideológicas e confinamento da Rússia desencadeou na apoteose da 2ª Guerra Mundial.

Como analisamos, vários foram os problemas da criação do Estado-Nação, para brejar os movimentos nacionalistas do século XVIII e XIX, e principalmente as crises e conflitos antiimperialistas do século XIX e XX. Essa necessidade de controlar o mundo via um órgão supranacional, sem a necessidade do emprego da força, aliado a necessidade de se ter um órgão mediador de conflitos internacionais surgiu desde o momento em que as sociedades começaram a se relacionar.

Os objetivos na Liga das Nações, expresso através dos 14 pontos impostos pelo presidente dos EUA, Woodrow Wilson, foi retomado em meados de 1943, numa conferência de Aliados realizada em Moscou, por Franklin Roosevelt, imprimindo a estratégia política dos EUA de acabar com o colonialismo e implementar o Livre Comércio, abrindo o mundo ao comércio e aos investimentos, mas garantindo a paz e a segurança mundial.

Naquele momento, o mundo necessitava de algum órgão que pudesse negociar qualquer tipo de conflito, pois a Segunda Guerra Mundial havia deixado muitas cicatrizes, com mais de 50 milhões de mortos. Para, Denilde Oliveira Holzacker, entrevistada por Elisa Marcone e Francisco Bicudo:

"Havia um consenso sobre a necessidade de construção de uma ordem internacional baseada na idéia da cooperação. (...) Depois do fracasso da Liga das Nações, nascida depois da I Guerra, e que não conseguiu evitar a II Guerra Mundial, os Estados Unidos e a Europa perceberam que era preciso criar um organismo que tivesse instrumentos de ação mais bem definidos para gerenciar a paz mundial."

Fruto dessas contradições foi elaborada a Carta de São Francisco ou Carta das Nações Unidas, em junho de 1945, na cidade de São Francisco (EUA), criando a Organização das Nações Unidas, que foi fundada oficialmente em 24 de outubro de 1945, em Nova Iorque, com o objetivo supremo de ser a "entidade máxima da discussão do Direito internacional e fórum de relações e entendimentos supranacionais" e contando com 51 países-membros originais, inclusive o Brasil.

A Carta correlaciona todos os princípios e objetivos das Nações Unidas, além de diretrizes para manutenção da paz e segurança mundiais. O mesmo documento também trata do regimento interno do órgão, com suas ramificações administrativas e respectivos poderes, critérios para se tornar membro, convênios e possibilidade de retificação e ratificação da Lei.

ONU

Hoje, conforme consta em sua página na rede mundial de computadores, a Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, excluídos o Vaticano, pela conduta observadora e Taiwan, por exemplo, por ser território reclamado pela China. Fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações amistosas entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional.

As Nações Unidas são constituídas por seis órgãos principais: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado. Todos eles estão situados na sede da ONU, em Nova York, com exceção do Tribunal, que fica em Haia, na Holanda.

Ligados à ONU há organismos especializados que trabalham em áreas tão diversas como saúde, agricultura, aviação civil, meteorologia e trabalho. Estes organismos especializados, juntamente com as Nações Unidas e outros programas e fundos (tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF), compõem o Sistema das Nações Unidas.

A Carta das Nações Unidas, espécie de Constituição da ONU, constituída por 111 artigos, estabelece que o Conselho é o órgão primordialmente responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Reúne-se de maneira quase contínua e ocupa-se das crises à

medida que elas surgem. Na Carta, os Estados-membros concordam em aceitar e pôr em prática as decisões do Conselho. Ou seja, essas decisões, ao contrário das da Assembléia Geral, devem ser legalmente acatadas pelos governos.

O Conselho original era composto de 11 membros. O sistema de votação no Conselho dá maior peso aos cinco membros permanentes: China, Estados Unidos, Federação Russa, França e Reino Unido. Qualquer um deles pode bloquear uma proposta com a apresentação de um voto negativo, mesmo que os outros quatro membros permanentes e os 6 membros não-permanentes tenham votado a favor. Chama-se a esta situação de "poder de veto".

Obs. A única modificação estrutural da história do conselho, foi em 1963, a Resolução 1991 adotada pela Assembléia Geral aumentou o número de seus membros de 11 para 15, mas não modificou o duplo privilégio - permanência e o veto - reconhecido apenas aos estados com assento fixo no conselho.

Como são eleitos os membros do Conselho de Segurança?

Artigo 23

O Conselho de Segurança será composto de quinze Membros das Nações Unidas. A República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembléia Geral elegerá dez outros Membros das Nações Unidas para Membros não permanentes do Conselho de Segurança, tendo especialmente em vista, em primeiro lugar, a contribuição dos Membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros propósitos da Organização e também a distribuição geográfica equitativa.

2. Os membros não permanentes do Conselho de Segurança serão eleitos por um período de dois anos. Na primeira eleição dos Membros não permanentes do Conselho de Segurança, que se celebre depois de haver-se aumentado de onze para quinze o número de membros do Conselho de Segurança, dois dos quatro membros novos serão eleitos por um período de um ano. Nenhum membro que termine seu mandato poderá ser reeleito para o período imediato.

3. Cada Membro do Conselho de Segurança terá um representante.

Funções Atribuições

Artigo 24

1. A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus Membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles.

2. No cumprimento desses deveres, o Conselho de Segurança agirá de acordo com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas. As atribuições específicas do Conselho de

Segurança para o cumprimento desses deveres estão enumeradas nos Capítulos VI, VII, VIII e XII.

3. O Conselho de Segurança submeterá relatórios anuais e, quando necessário, especiais à Assembléia Geral para sua consideração.

Uma resolução do Conselho de Segurança é aprovada se tiver maioria de 9 dos quinze membros, inclusive os cinco membros permanentes. Um voto negativo de um membro permanente configura um veto à resolução. A abstenção de um membro permanente não configura veto.

Uso do Veto

O artigo 27 da Carta das Nações Unidas permite que os membros permanentes possam usar o seu direito de veto podendo assim bloquear as decisões do Conselho de Segurança, mesmo que nas votações o número mínimo de 9 votos favoráveis em 15 possíveis seja atingido. Os casos de veto já aplicados foram;

País	Total de Vetos
República Popular da China	5
França	18
Reino Unido	32
Estados Unidos	79
URSS/Federação Russa	122

País	Vetos 1984-2009
República Popular da China	2
França	3
URSS/Federação Russa	4
Reino Unido	10
Estados Unidos	42

Com tais jogos políticos, várias tentativas de punição têm sido proibidas pelos votos de alguns dos membros permanentes do Conselho de Segurança, deixando a idéia de que ninguém é obrigado a cumprir as determinações do órgão, pois nada ocorrerá em retaliação. Quando Israel bombardeou um posto de observação da própria ONU, em julho de 2006, não houve nenhuma punição, exatamente porque os Estados Unidos, como membro permanente, vetou a resolução, pois apóia o país.

Interessante também atentar ao fato de que todos os países membros permanentes, juntamente com a Alemanha, estão entre os recordistas em exportação de armas, no período entre 1993 e 1997, demonstrando que uma guerra não seria mau negócio para eles, economicamente falando. (BEDJAOUI: 1994, p. 7.)

Segundo o professor da USP, Fábio Konder Comparato:

"A ONU não é um órgão supranacional, por isso está limitada pela soberania dos Estados, que nem sempre possuem compatibilidade cultural e ideológica ou interesses comuns para gerar o consenso necessário a uma ação coletiva... Durante seus primeiros quarenta anos, os conflitos eram numerosos, mas o uso do veto fez com os mecanismos que permitiam o uso da força para cessar com as disputas internacionais ficassem congelados".

Contudo, é fácil entender a sistematização dos votos se observarmos a história. No momento em que a ONU foi criada, o mundo passava por graves transformações e havia a urgência em impedir que os países derrotados pela Segunda Guerra pudessem se reerguer e proceder à novos conflitos. Por isso, criou-se a obrigação de que os membros permanentes aprovassem unanimemente cada resolução, impossibilitando que os outros membros fizessem alianças que pudessem prejudicar a paz mundial.

Após todos os "conchavos" e manobras políticas, é notória a necessidade de mudança, pois atualmente,

"A ONU finge que suas ações têm algum efeito, enquanto Jerusalém, por exemplo, decide com os Estados Unidos até quando o conflito vai durar, apesar do extermínio de civis. Enfraquecida e desrespeitada dessa forma, a Organização das Nações Unidas perde moral para fazer cumprir suas determinações em outros impasses, como o programa nuclear da Coréia do Norte".
(GHEBALI: 1988, p. 48.)

Modelo superado

Os Estados da África, da Ásia, da América do Sul e do Caribe têm uma população de cerca de 5,5 bilhões de habitantes (78,6%), mas têm apenas um membro permanente no Conselho; em contrapartida, a Europa (ocidental e oriental) e a América do Norte, com uma população total de cerca de 1,0 bilhão de habitantes (14,3%), detêm quatro das cinco assentos permanentes do Conselho. Esta situação é considerada pelo primeiro grupo de Estados como contrária aos princípios diretores das organizações internacionais, notadamente o da igualdade soberana dos Estados, "um Estado," um voto "ou a rigor" uma voz por grupo de Estados. A reivindicação de uma representação geográfica equitativa existe desde as origens das instituições internacionais. Sob a égide da Sociedade das Nações, os Estados que não eram compreendidos no cinismo e manipulação dos gestores imperialistas pediam que a composição do conselho fosse feita, tendo em conta uma "representação proporcional por aplicação do princípio da rotação regional" (TARVENIER: 1995, p. 78-82).

O Brasil começa a questionar o modelo da ONU, e a partir do governo Lula e passa a exercer uma posição autônoma nas Relações Internacionais, deixando de lado a subserviência histórica, e começa a desenvolver um papel de protagonista no cenário internacional. Junto com outros atores independentes desenvolve e formular propostas de mudanças da estrutura da ONU.

A proposta brasileira traduz, portanto, sua evidente intenção de ser reconhecido como ator central no cenário internacional. Contudo, ela tem como mérito igualmente o de colocar

na agenda as assimetrias do conselho e as necessidades de reavaliação de seu papel e de sua ampliação. De fato, na única modificação estrutural da história do conselho, ainda em 1963, a Resolução 1991 adotada pela Assembléia Geral aumentou o número de seus membros de 11 para 15, mas não modificou o duplo privilégio – permanência e o veto – reconhecido apenas aos Estados com assento fixo no conselho. O resultado foi a elaboração, em 1993, do Projeto Razali, que, entre várias alterações, previa a ampliação nas duas categorias de membros (permanentes e não-permanentes). Manobras diversionistas dos que se opunham à reforma e hesitações de alguns dos atuais membros permanentes não permitiram, contudo, que o projeto avançasse. Em 2004, o Grupo dos 4 (G-4) – Brasil, Alemanha, Índia e Japão – se reuniu na tentativa de acelerar a revisão do formato atual do conselho. No ano seguinte, o G-4 apresentou um projeto à Assembléia Geral, que estabelecia a inclusão de novos membros permanentes, inicialmente, sem o direito de veto. Porém, mais uma vez sobreveio a falta de consenso na assembléia e o recente desalinhamento do discurso japonês.

O êxito da diplomacia brasileira é festejado em, toda parte por governos estrangeiros e pela mídia internacional. Mas na mídia nacional só há espaço (nas páginas impressas e na tevê) para opiniões de certos ex-diplomatas que serviram ao Itamaraty no governo FHC e obstinam-se em desacreditar a política externa e o País em artigos, entrevistas e debates. Revistas como Foreign Policy e Time, dos EUA, a alemã Der Spiegel, os jornais franceses L'Espresso e Le Monde e Le Figaro, o espanhol El País, o britânico Financial Times e outros são pródigos em elogios ao novo papel do Brasil no mundo. Já as famílias Marinho, Civita, Frias e Mesquita, em O Globo, Veja, Folha e Estadão, abominam o "protagonismo" de Lula.

Esse pecado horroriza Celso Lafer (de origem judaica, e quem sabe aliado do sionismo), ex-colega de FHC na USP. De família ilustre, ele foi ministro do Exterior de Collor às vésperas da renúncia e voltou ao cargo nos extertores do governo FHC. Ao atacar Lula em artigo recente, acusou a política externa de "busca de prestígio" e "voluntarismo". Com Collor e FHC optava pela submissão silenciosa à vontade das potências. Só a elas caberia discutir o que fosse relevante. Ensinou Juracy Magalhães: "Se é bom para os EUA, é bom para o Brasil".

(FERREIRA : 2010, p. 23.)

A dificuldade de reforma do conselho é, portanto, proporcional a relevância da referida declaração de apoio de quatro dos cinco membros permanentes. De fato, segundo o artigo 108 da Carta das Nações Unidas, a alteração desta depende da aprovação de 2/3 dos estados-membros, incluindo todos os que já têm assento fixo no conselho. Isso representa o consentimento obrigatório dos Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido. Reconhecendo que na assembléia as negociações são descentralizadas e, portanto, mais flexíveis, os EUA se tornam, no contexto atual, o único dos cinco membros permanentes a não se posicionar oficialmente a favor. Este é, de fato, um obstáculo importante, mas pode ser provisório. O Itamaraty aposta que os três presidenciais norte-americanos vêm com bons

olhos a ambição brasileira. Em recente declaração, o senador John McCain (republicano) incluiu o Brasil entre as grandes potências mundiais, e o presidente Barack Obama (democrata) já se manifestou favoravelmente a essa pretensão. Desse modo, o apoio oficial manifestado pela Rússia e China torna tangível e real um anseio brasileiro que, há pouco tempo, para muitos, não passava de uma expectativa distante e equivocada. Isso revela o reconhecimento internacional do reposicionamento brasileiro bem como o acerto de sua diplomacia em persistir na construção de uma nova ordem internacional mais justa e menos assimétrica. Embora o Brasil e o Japão sejam os países que mais assumiram o conselho temporário da ONU, 10 vezes (20 anos de conselho cada um).

Composição do conselho temporário em 2011; Alemanha, África do Sul, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Colômbia, Gabão, Índia, Líbano, Nigéria, Portugal.

O Brasil busca apoio entre países ricos e pobres, colocando-se como uma liderança alternativa, inclusive patrocinando a criação do G-21, grupo das vinte e uma maiores nações em desenvolvimento. Mas para sentar-se à mesa do Conselho como membro permanente e poder influir nas decisões, não basta apenas vontade.

São necessários alguns pré-requisitos: 1) ter uma diplomacia atuante e exercer uma liderança firme e convincente, pelo menos na América Latina; 2) vencer a resistência de outros países (México, Paquistão, Espanha) que também são candidatos ao mesmo posto, pois não haverá lugar para todos; 3) poder contar com Forças Armadas bem treinadas e equipadas, prontas a intervir em qualquer parte do mundo; 4) recursos financeiros, para quitar contribuições atrasadas com a ONU e para enviar e manter nossas tropas no exterior; e 5) criar uma força de intervenção rápida, profissional, com equipamentos e veículos de combate transportáveis nos por exemplo, C-130 Hércules da FAB (a Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel poderia ser o núcleo dessa força), com meios navais e aéreos adequados para apoiá-la além de nossas fronteiras. Já participamos de operações de manutenção da paz na República Dominicana, no Canal de Suez, em Angola, em Moçambique e mais recentemente em Timor Leste, por sinal com muita eficiência, porém sempre como coadjuvantes das grandes potências. Mas desde 2004 o Brasil comanda A Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti. Para sermos protagonistas será preciso mais do que desejar. Teremos que agir.

Submissa foi ainda a conduta pessoal de Lafer como ministro quando ia aos EUA: tirava os sapatos para policiais no aeroporto. Submeteu-se, além disso, à autoridade de segundo escalão da diplomacia americana, o embaixador John Bolton, que o mandou obrigar o diplomata brasileiro José Bustani a deixar o cargo para o qual fora eleito na ONU. Licenciado do Itamaraty, o embaixador Bustani era diretor da Organização para a Proibição de Armas Químicas. Pelo regulamento os EUA deveriam levar sua proposta ao voto dos países membros. Mas Lafer capitulou: retirou o apoio do Brasil ao diplomata e o isolou no Itamaraty. Bustani só foi reabilitado no governo Lula.

Será "protagonismo" preferir dignidade a capitulação? Ou liderar ação global contra a fome? Proposto pelo Brasil, tal esforço, a que logo se somaram os presidentes da França, do Chile e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, veio no primeiro ano de Lula. Reuniões em Roma e Nova York, adesões em toda parte. Metas foram fixadas para 2015. E o Brasil, como confirmou a ONU mês passado, cumpre sua parte: lidera o ranking mundial dos países que reduziram a pobreza. E performance, mais do que protagonismo. Nada a ver com o sugerido pelos ex-diplomatas nos veículos das famílias da grande mídia.

(FERREIRA :2010, p 25.)

Brasil no Haiti

A Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti ou Minustah (sigla derivada do francês: Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti), é uma missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril de 2004, por meio da resolução 1542, para restaurar a ordem no Haiti, após um período de insurgência e a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide.

A missão tem mais de 10.000 integrantes, a maioria militares.

No Haiti, o Brasil assumiu, pela primeira vez, o comando de uma operação da ONU. O Brasil mantém 2.190 militares no país caribenho, dos quais 250 são homens do corpo de engenharia, que estão trabalhando em projetos de construção de estradas e de poços artesianos para a população haitiana.

São mais de 7.031 militares, dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, França, Guatemala, Jordan, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, República da Coreia, Sri Lanka e Uruguai.

Há também 2.034 policiais, 488 civis de organizações internacionais, 214 voluntários da ONU e 1.212 civis locais.

O orçamento da missão, aprovado para o período de julho de 2009 a junho de 2010, é de R\$ 1 bilhão (US\$ 611,75 milhões).

Os gastos do Brasil na manutenção das tropas no Haiti já passaram de R\$ 700 milhões desde 2004, segundo dados do Ministério da Defesa. Ao menos R\$ 414 milhões não foram reembolsados pela ONU.

Em outubro de 2010, o Conselho de Segurança da ONU decidiu ampliar o mandato da Minustah até 15 de outubro de 2011 e reafirmou seu compromisso de ajudar na reconstrução do país, após o terremoto de janeiro de 2010.

Referências:

- ALI, T. **Confronto de fundamentalismos**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BEDJAOUI, M. **Nouvel ordre mondial et contrôle de la légalité des actes du Conseil de Sécurité**. Bruxelas: Bruylant, 1994.
- CROCETTI, Z. S. **Globalização, tecnologia, neoliberalismo e poder**. Curitiba: Revista Paranaense de Geografia n. ° 02 p. 31-39. Edições AGB/Letra das Artes, 1997.
- ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- FERREIRA, A. **Gostam de ser quintal**. São Paulo: Carta Capital, Ideias, 11/10/2010.
- GHEBALI, V. Y. **La crise du système des Nations Unies**, Paris: La Documentation Française, 1988, 136p.
- HADDAD, F. **Trabalho e classes sociais**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S.Paulo, 9(2): 97-123, outubro de 1997.
- NEGRI, A. HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 3ª edição.
- TARVENIER, P. **L'ONU et la reforme du Conseil de Sécurité in I 'ONU, Cinquante ans après : bilan et perspectives**. Besançon, 1995. Colloque Organisé par la Faculté de Droit de Besançon.
- WALLERSTEIN, I. **Após o Liberalismo - Em Busca da Reconstrução do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Notas:

¹ John A. Hobson. **Imperialismo e Economia**, 1902.

² Lenine. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**, 1916.

³ Ver Arestis e Sawyer (1998) e Fine e Stoneman (1996), nos quais essa seção se baseia, e as referências ali citadas.